

SOCIEDADE CIVIL: CLASSE JUVENIL NO PERÍODO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO NA GUINÉ-BISSAU

Justino Gomes¹

RESUMO

Os estudos acadêmicos que se dedicam a compreensão da sociedade guineense trilham os passos dados pela sociedade na sua dinâmica social, porém complexa e múltipla. Este trabalho visa apresentar os debates sobre a sociedade civil na Guiné-Bissau, especificamente a sua camada juvenil, buscando responder às perguntas: qual é a contribuição da camada juvenil na pós-independência? Quais são as relações da sociedade civil com o Estado na Guiné-Bissau? O trabalho é bibliográfico e o seu procedimento metodológico consiste na estratégia de coleta das informações por meio da abordagem qualitativa. Os resultados apontam para uma camada juvenil consciente das dificuldades que enfrenta, porém esforça-se para contribuir no desenvolvimento do país. Contudo ela enfrenta problemas econômicos. No âmbito político, ela não se sente integrada nos espaços decisórios do Estado. Por outro lado, a sociedade guineense tem crise de representação elevada e a correspondência entre o poder burocrático e a sociedade civil pode ser caracterizada por desligamento.

Palavras-chave: Classe juvenil. Estado. Democratização. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

Academic studies dedicated to understanding Guinean society follow the steps taken by society in its complex and multiple social dynamics. This paper aims to present the debates on civil society in Guinea-Bissau, specifically its youth sector, in an attempt to answer the questions: what is the contribution of the youth sector in the post-independence period? What are the relations between civil society and the state in Guinea-Bissau? The work is bibliographical and its methodological procedure consists of the strategy of collecting information using a qualitative approach. The results show that young people are aware of the difficulties they face, but are making an effort to contribute to the country's development. However, they face economic problems. Politically, they don't feel integrated into the state's decision-making spaces. On the other hand, Guinean society has a high level of representation crisis and the correspondence between bureaucratic power and civil society can be characterized by disengagement.

Key words: Youth class. State. Democratization. Guinea-Bissau.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: gomesjustino661@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A sociologia, como ciência dedicada à compreensão das leis, características, valores e dinâmicas sociais, contribuiu com ferramentas epistemológicas, ontológicas, analíticas e metodológicas para estudar a sociedade em sua diversa dimensão. Os fundamentos que constituem a base social, moral, cultural, política e econômica das configurações sociais da vida foram procurados pelo pensamento sociológico. Essa busca vem sendo responsável pelo estabelecimento da correspondência entre o pensamento científico e as configurações sociais da vida. A conexão consiste na disposição da sociologia e demais ciências sociais à identificação de problemas, formulação de temas e as suas conseqüentes respostas através das investigações científicas como forma de encontrar respostas aos problemas relacionados direta ou indiretamente com a vida social (IANNI, 1971).

A sociologia tem sido um campo atribuído à racionalidade dos conflitos e contradições que o sujeito coletivo – sociedade – manifesta na sua estrutura ou no seu sistema ou num conjunto de processos inseparáveis à sua existência, manutenção e reprodução (SIMMEL, 2006). A sociedade guineense foi e ainda é objeto de estudos sociológicos dedicados ao discernimento das suas características, contradições, processos sociopolíticos e socioeconômicos, mas, sobretudo, a sua configuração social, política e cultural. A classe juvenil faz parte de um conjunto de grupos e fenômenos que despertam interesses de sociólogos na busca da explicação dessa sociedade luso-africana. Portanto, no nosso caso, essa classe não constitui exceção.

Pretende-se aqui analisar e apresentar os debates sobre a sociedade civil guineense, buscando responder às perguntas: qual é a contribuição da camada juvenil na pós-independência? Quais são as relações da sociedade civil com o Estado na Guiné-Bissau? A camada juvenil em termos gerais faz parte da sociedade civil, assim como ao falar da democratização fala-se do Estado, mas numa fase específica da sua experiência política. Portanto, atravessa-se aqui, em grau menor, a contribuição de jovens guineenses na *Revista Soronda*, tendo em conta as dinâmicas que os jovens têm desenvolvido em prol da Guiné-Bissau e da sua afirmação enquanto camada jovem na sociedade guineense. O trabalho conclui que a camada juvenil esforça-se para contribuir no desenvolvimento do país, porém ela se encontra no lugar desprivilegiado na sociedade guineense, sendo a mais afetada pelas crises sociopolíticas e socioeconômicas do país.

JOVENS ACADÊMICOS NA REVISTA *SORONDA* A PROCURA DA EXPLICAÇÃO DA SOCIEDADE GUINEENSE

Os jovens cientistas sociais formados, na sua maioria no exterior, assumiram o desafio de buscar entender e explicar a configuração social da Guiné-Bissau. Pois, tirando as contribuições das produções coloniais, difundidas nas instituições criadas na era de ocupação portuguesa e dominadas pelo governo colonial, uma década depois da independência, a presença de jovens guineenses na institucionalização do pensamento científico com vistas à explicação da sociedade guineense tornou-se manifesta e visível.

Depois de quase duas décadas do regime autoritário do partido libertador, a sociedade guineense encontrou-se, sob pressão internacional, na condição de abertura social, isto é, neoliberalismo que possibilitou emergir a institucionalização da pluralidade de ideias, sindicalismo, formação de opinião, em suma, condições para ideias novas, plurais, “democráticas” aflorasse num clima de tolerância à diversidade de ideias, de manifestação, de agrupamento social, de sindicalismo fora do controle do Estado. As estruturas rígidas que caracterizavam a sociedade guineense foram abertas e a maleabilidade do pensamento e da expressão desencravam-se das tendências totalitárias do partido único que não eram tão simpáticas à pluralidade de ideias.

A década de 1980 marca o início dessa nova página na sociedade Bissau-guineense, independente da ocupação colonial na década de 1970. Tendo instrumentos legais (legislação) que desautorizam a centralidade do poder, da opinião, a censura e domesticação da sociedade civil ao serviço do partido-estado – PAIGC, os jovens encontraram, no quadro de reformas das décadas 1980 e 1990, bases legais e constitucionais para divulgar suas opiniões, ideias e concepções da sociedade e da cidadania no país.

Em 1985, alguns jovens como Carlos Lopes, Abdulai Sila, Diana Handem entre outros, em colaboração com o governo, empenharam-se na criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Um ano depois, isto é, em 1996, a revista *Soronda*, conhecida também pela Revista de Estudos Guineenses, criada pelos mesmos jovens vinculados ao INEP, publicou a sua primeira edição de estudos guineenses, depois de um ano da sua criação. Nessa primeira edição (n.1. Jan. 86), participaram os seguintes jovens pesquisadores: Carlos Lopes com o trabalho “A Guiné-Bissau à procura de um modelo social”; Carlos Cardoso e David Gonzalez: “A reconstrução da história contemporânea da Guiné-Bissau através da oralidade”; Diana Handem: “Arroz ou a identidade dos Balanta-brassa”; Gertrude Aichinger: “Família guineense: estabilidade e transformação”; Abdulai Sila: Aproveitamento da energia solar na Guiné-Bissau:

perspectivas e problemas”; Rui Ribeiro: “Os censos e as sociedades camponesas”; Alexandre Furtado: “Investigação sobre a história do ensino na Guiné-Bissau”; Jean Pierre Lepri: “Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau”; David Gonzalez: “25 anos de estudos africanos na América Latina” (INEP, 1986).

Os temas desta primeira edição, assim como os das edições seguintes, além de expressarem a relevância social para um país recém independente da ocupação colonial, eles revelam a preocupação desses jovens com o país e o desejo de contribuírem com as pesquisas científicas em busca do caminho ideal para qual o país deve se caminhar para (re)encontrar o seu destino enquanto Estado independente que cumpra com as suas responsabilidades ou seus compromissos com a nação.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa INEP é uma instituição que foi e ainda é um dos centros de concentração do pensamento científico guineense. Foi por muito tempo um dos pouquíssimos espaços de promoção e divulgação do pensamento social, através da produção científica. O seu objetivo sintetiza o interesse dos jovens que o compunham em conhecer a Guiné-Bissau, acompanhar e interagir com as dinâmicas do mundo, principalmente, criar e participar nos espaços de debate internos e nos grandes centros de pensamento científico.

Na nota editorial da primeira edição desses jovens no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), concretamente, na sua revista denominada *Soronda*, transparece nitidamente o espírito nacionalista que move esses jovens e a negação da culpabilidade baseada na penúria financeira e do colonialismo, como alguns tentam justificar, a estagnação do pensamento científico na Guiné-Bissau:

Se é verdade que a debilidade financeira e demais carências herdadas do colonialismo tornava a investigação numa tarefa particularmente difícil, não é menos verdade que elas não podem justificar por si só – antes de mais por caracterizarem todo o sistema nacional – a inexistência, de fato, de uma política de investigação e de instrumento para a sua aplicação” (SORONDA, 1996, p. 2).

Os jovens acadêmicos guineenses perceberam o atraso do país na cultura científica ou nos estudos da sociedade guineense em todas as suas dimensões. Pois segundo eles, uma “[...] análise crítica das realizações do nosso país durante o primeiro décimo da sua existência como Nação livre e soberana, conduz infalivelmente à conclusão de que no domínio da investigação científica, mais do que em qualquer outro, ficamos muito aquém do que se esperava” (idem). E tal atraso deve-se a pouco engajamento dos guineenses à cultura científica. “A ausência de uma publicação de vocação científica ligada aos diferentes domínios das ciências na Guiné-Bissau só se pode justificar, pois, pelo estado incipiente dos esforços científicos nacionais” (SORONDA, 1996, p. 2). Tentativa da superação deste estágio de estagnação constitui o motivo da criação da *Revista Soronda* para promover o pensamento científico, através de estimulação

às pesquisas, ao exercício intelectual e ao debate sobre temas e assuntos que dizem respeito à sociedade guineense e demais sociedades. Isto realiza-se com a abertura de espaços para tais efeitos:

Com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e a consequente implementação de estruturas, que formam a base organizativa indispensável dos referidos esforços, a investigação científica na Guiné-Bissau entrou numa nova fase. O resultado das atividades do INEP, isto é, o início das primeiras produções sistemáticas no domínio da investigação passou a exigir a criação de uma publicação regular, ainda que modesta.

Esta exigência torna-se mais evidente se se tiver em conta por um lado a necessidade de dar coerência e organização ao debate científico e de coordenar as ideias nesses esforços que só agora estão a começar e, por outro lado, os benefícios e as vantagens que a divulgação, nacional e internacional, dos resultados de estudos e pesquisas terão aos esforços empreendidos em prol da dinamização das atividades de investigação e da promoção do debate científico nacional neste contexto, a criação desta revista de estudos guineenses é mais que oportuna. O nome que lhe foi atribuído – SORONDA é um termo do crioulo da Guiné-Bissau que significa desabrochar, crescer – corresponde ao estado em que se encontram as atividades de investigação no nosso país” (SORONDA, 1996, p. 2-3).

Apesar de pouco dinamismo do INEP nos últimos 25 anos, por razões diversas, mas que não dispensam o fato de, na Guiné-Bissau, o incentivo a pesquisas pelas instituições governamentais ser muito tímido, quase inexistente, as instabilidades políticas e econômicas, a fragilização do Estado e das suas instituições, o fraco sistema de ensino; a insuficiência das universidades públicas, a incipiência do eixo de pesquisa nas poucas universidades privadas e institutos superiores, em suma, o empobrecimento das instituições ligadas ao exercício do pensamento crítico e da produção científica, ainda persiste, duma ou doutra maneira, o impulso do pensamento social e científico dos jovens da geração de 1980 e 1990 na tradução das problemáticas da sociedade guineense em temas de pesquisa.

Mesmo com pouca presença de elementos que poderiam estimular a consolidação da iniciativa tomada pelos cientistas sociais que aceitaram, pela iniciativa própria, serem sociólogos, historiadores, antropólogos, politólogos, cientistas sociais etc., em suma, técnicos das suas sociedades pelo que desempenharam nos meados da década 80 à última década do século XX, a camada juvenil acadêmica guineense marcou a sua presença na renhida tarefa de reconstrução das bases de correspondência entre a configuração social e o exercício científico, criando a revista *Soronda* que se tornou desde meados da década de 1990, espaço por excelência de manifestação do pensamento social guineense e, ao mesmo tempo, espaço da compreensão das perspectivas, expectativas e desafios dos jovens guineenses, assim como o processo da abertura política na Guiné-Bissau. Processo esse que desbotou a sociedade civil, tornando a sua presença mais visível fora dos satélites do partido único. Desse ponto para cá, a sociedade civil

tem promovido debates de várias naturezas e temas, entre outros destacam-se educação, saúde, infraestrutura, corrupção, desigualdades, relações de poder, gênero e a representação.

DEBATES SOBRE SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU: CONTRADIÇÕES E PERIODIZAÇÃO

Os estudos sobre a relação entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau não são menos numerosos. Ora, é estudada a sociedade civil na sua unicidade sem a intenção de a relacionar com o Estado (poder burocrático), ora, essa é estudada na situação interativa com o poder estatal. Alguns pesquisadores e professores universitários dedicaram quase todas as suas energias ao estudo da sociedade civil guineense, levando em consideração, as perspectivas analíticas e diversos pontos de articulação da configuração social guineense. O professor Ricardino Jacinto Dumas Teixeira tem uma vasta publicação relativamente à sociedade civil na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde. A sua dimensão analítica busca compreender as ações políticas da sociedade civil e a sua interação com o Estado na construção de um Estado de direito e democrático.

As pesquisas do Teixeira nos revelam a presença de uma sociedade civil na Guiné-Bissau e em Cabo-verde complexa, interventiva e protagonista, porém limitada por uma série de restrições acionadas pelo poder burocrático situado na superestrutura. Assim, as forças das ações e atividades alternativas da sociedade civil vibram-se na infraestrutura, abrindo espaços, meios e formas de subsistência, afirmação da presença e sobrevivência mediante a negação dos direitos que são sistematicamente vítimas pelo poder político político-burocrático.

Um exemplo ilustrativo que Teixeira encontrou numa das partes da organização da sociedade civil guineense – Fórum Nacional da Juventude e População (FNJP) – exterioriza relações empáticas entre essa organização e o poder político. Apesar do notável apoio financeiro que FNJP recebe dos organismos internacionais nomeadamente UNICEF², FNUAP³ e SNS⁴ entre outros, a ajuda vinda do governo guineense é muito limitada. Segundo as lideranças juvenis da Guiné-Bissau, a camada juvenil não tem apoios efetivos do governo. Pois não existe uma parcela definida no orçamento geral do Estado destinado para o FNJP; Conselho Nacional da Juventude e nem para a Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ) (GOMES, 2023).

² Fundo das Nações Unidas para Infância

³ Fundo das Nações Unidas para População

⁴ Serviço Nacional de Saúde de Portugal

Os jovens empenhados nas organizações juvenis nacionais não raras vezes manifestam as suas surpresas com o lugar subalterno em que foram relegados pelo governo. A indiferença do Estado para com os trabalhos das organizações juvenis não cessa nos relatórios dessas organizações. Da mesma forma, aparece nos relatos de jovens líderes. Um dos líderes do FNJP inquirido por Teixeira denuncia problemas burocráticos que afetam o cumprimento das ações programadas nessa instituição juvenil. Segundo ele, a “colaboração do governo é fraca”. Além disso, os seus “[...] relatórios não são levados em consideração pelo governo. As recomendações ficam na gaveta (Dirigente do FNJP [Fórum Nacional da Juventude e População], entrevista) (TEXEIRA, 2015, p. 442).

A característica da sociedade civil na Guiné-Bissau apresenta um panorama societal timbrado pela desconexão entre as expectativas dos grupos sociais e a representação política. No entanto, a relação reduz-se ao estatuto jurídico imanente do contrato social que afirmou o Estado e o seu poder material delimitado pelo território geográfico. Em outras palavras, a relação entre a sociedade civil e o Estado são visíveis e reconhecidas na primazia das normas institucionais que regem o funcionamento dos serviços públicos. Todavia, isto não se deve confundir com a existência de representação (URBINATI, 2010). Jamais pode ser considerada a representação num contexto de negação dos direitos dos representados.

Numa situação de incomunicabilidade entre representantes e representados, numa circunstância dominada pela reivindicação do reconhecimento do seu papel enquanto ator social, é infundada qualquer tentativa de corporação do conteúdo da representação (YOUNG, 2006). Pois, os diferentes movimentos sociais que compõem a sociedade civil na Guiné-Bissau não se sentem plenamente reconhecidos os seus direitos pela burocracia, muito menos têm a confiança nos seus líderes ou representantes políticos. O relatório do *workshop* realizado em 2018 em Bissau com representações políticas e civis da Guiné-Bissau trouxe de forma inédita a crise de representação na sociedade guineense. Retornaremos a este assunto mais adiante.

Quando se fala da sociedade civil na Guiné-Bissau e não só, refere-se a uma configuração social que, no sentido macro, todos cidadãos da nação são referenciados. A estrutura social na sua totalidade constitui a sociedade civil. Não obstante a isso, o conceito da sociedade civil pode ser analisado no sentido amplo e restrito. Os conceitos da sociedade civil veiculados sobretudo com o advento do Estado-Nação remetem a uma parcela da configuração social, isto é, aquela que não tem o estatuto burocrático, mas que prossegue os interesses comuns. Neste caso, a sociedade civil é separada da corporação burocrática. A configuração social divide-se em duas partes: estatal e não estatal. Esta segunda é a sociedade civil no sentido restrito. Entretanto, ela é uma aglutinação de um conjunto ilimitado de corporações desde profissionais

formais, informais até aos mais menores níveis de associativismo expressos na condição social humana ou na pessoa coletiva – sociedade.

Portanto, a sociedade civil diz respeito a instituições sociais situadas fora da administração direta do Estado e que se distingue claramente das instituições burocráticas. As instituições da sociedade civil são formadas espontaneamente sob “contrato social” afirmado pelos indivíduos que partilham uma certa identidade ou identidades plurais, porém regidas pelas normas e regras próprias, mas sem desvincular das leis e normas do poder político universal, aquele poder universalizado pela burocracia estatal.

Os estudos do Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, os do Miguel de Barros, os do Mamadú Jao, os do Rui Jorge Semedo, assim como os da Odete Semedo e demais pesquisadores da sociedade guineense, fornecem um esqueleto da sociedade civil na Guiné-Bissau em que é possível identificar o seu caráter diverso, fragmentado, heterogêneo, contraditório, conflituoso que funcionam como a sua divisão de águas com o Estado.

Esta nomenclatura – sociedade civil na Guiné-Bissau – costura grupos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais de natureza e interesses diversos entre quais tem-se: grupos de *madjuandadi*, *djiduis*, agrupamentos de mulheres, latifundiários, organizações rurais, urbanas, associações estudantis, associações juvenis, associações profissionais, organizações formais e informais etc. Cada uma dessas corporações apresenta a sua peculiaridade que a diferencia da outra. Entretanto, em conjunto aglutinam-se na denominada – Organizações da Sociedade Civil da Guiné-Bissau. Os processos históricos da formação e funcionamento de cada uma delas são diferentes (SEMEDO, 2018). Além disso, espera-se jamais encontrar a ausência das contradições internas nessas unidades e nas suas relações entre si.

As 74 representações políticas e civis que compõem *corpus* do relatório final do *workshop* realizado em Bissau em 2018 com intuito de compreender a percepção dos líderes sobre a liderança, consolidação da democracia, criação de uma *academia de treinamento para liderança política e civil* na Guiné-Bissau como alternativa ao fim da missão do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), os representantes das organizações políticas e civis foram unânimes em afirmar a existência da crise de liderança na Guiné-Bissau, ausência da cultura democrática, contradições na sociedade civil guineense, domínio das organizações pelas figuras masculinas exclusão do gênero feminino. Importa salientar que, a sociedade civil, neste caso, é considerada na sua dimensão ampla, integrando os partidos políticos como se lê na fala do seguinte participante:

Falar da sociedade civil, não estou aqui a excluir nenhuma estrutura da sociedade, inclusive os políticos porque eles também fazem parte. Simplesmente vestem outra capa para fazer um trabalho, mas são elementos da sociedade civil. Eu diria que nossas lideranças têm sido de interesse e nada mais. Por isso, define que é a oportunidade para servir a comunidade, no nosso caso é só liderança de conveniência (Pastor José Augusto, Igreja Evangélica Apud SEMEDO, 2018, p. 40).

Outro representante evidencia as contradições e aponta os riscos de contágio que se possa ver na sociedade civil guineense:

Atualmente a corrida máxima para as pessoas é chegar na liderança para resolver os seus problemas, o que é pena. Quando se tem esta mentalidade, quando é plantada e cresce, isso frustra as pessoas. Por isso, a solução para o equilíbrio é criar bons empregos para que as pessoas possam agir livremente. Infelizmente temos essa corrida desenfreada para ter tudo sob o nosso domínio. Entretanto, muitos jovens têm ideia clara, mas só que estão a ser sufocados e corrompidos por pessoas com mentalidade que referi anteriormente. É preciso cuidar dos nossos jovens para evitar contágio dos que já estão viciados (Padre António Mbombo-Vigário Episcopal para a Pastoral Apud SEMEDO, 2018, p. 40).

Para outros, a proliferação das organizações da sociedade civil neste país impõe desafios enormes à criação duma sociedade civil nacional coesa, coerente e competente, porque o despreparo dos líderes domina a esfera social e torna difícil controlar e coordenar as múltiplas organizações emergentes:

As organizações da sociedade civil estão a tentar se afirmar, mas podemos ver que antigamente era um pouco mais organizado porque tinha menos organizações e os líderes eram mais fortes e com mais conhecimentos, pessoas que muitas das vezes já tinham experiência antes de formar a sua organização (...). Esta proliferação das organizações da sociedade civil muitas das vezes sem a devida preparação, de certa forma mina também as capacidades de liderança da sociedade civil (Udé Fati, Voz de Paz Apud SEMEDO, 2018, p. 39).

Segundo a ex-ministra de agricultura guineense, ao mesmo tempo, líder do movimento social *Mindjeris di Guiné Lanta*⁵ (MIGUELAN), Nelvina Barreto, a sociedade civil da Guiné-Bissau caracteriza-se pelos conflitos e dado a isso, o seu esforço quase que se concentra na resolução dos conflitos, mesmo assim as estruturas asfixiadas que têm não dão tanta margem de manobra para o seu sucesso:

Eu diria que tem havido esforços meritórios por parte de algumas organizações em trazer alguma contribuição positiva para resolução de conflitos, tendo em conta que é o que mais caracteriza a sociedade guineense. O próprio fracionamento da nossa sociedade, das nossas estruturas sociais não permite que esses esforços encontrem algum mérito e para mim, fica evidente que particularmente as crises ocasionadas pelos processos políticos que são os que impactam mais a nossa vida coletiva, nós reparamos que há sempre diferentes posicionamentos dentro de uma mesma organização que produzem fraturas muitas vezes graves, que levam tempo para cicatrizar, acabam por impedir essa organização de ser efetivamente um interlocutor válido no processo de resolução de conflitos ou de apaziguamento social, etc. Por isso, é muito complicado. As organizações têm que ter uma maturidade que infelizmente ainda não vejo estar atingida, e a maturidade de saber estar acima de alguns processos

⁵ Numa tradução literal do crioulo guineense para a língua portuguesa significa *Mulheres da Guiné-Bissau Levantaram-se*.

conflituosos, para que depois possam constituir-se em elemento de apaziguamento ou de arbitrar os conflitos (Nelvina Barreto, Líder da MIGUELAN Apud SEMEDO, 2018, p. 36).

Para apontar mais uma das contradições, voltamos a nos apoiar na contribuição do Teixeira⁶. Em seu artigo intitulado *Fidjus dibideras rumo à Kambansa: reflexões sobre luta, literatura e cultura* (2020), depois de apresentar a construção do conceito de *Fidjus dibidera*, incluindo a formação histórica dos indivíduos nele inseridos, Teixeira exibiu o marco relacional das relações intergeracionais na Guiné-Bissau, apontando por ele em forma da crítica. Segundo ele, “A crítica sociológica que se pode fazer a esse aspecto da sociedade guineense, [relação dos mais novos e mais velhos] [...], é que nega o diálogo entre gerações, de forma aberta e relacional”. O autor destaca ainda que, nessa relação, “[...] nega-se os meios para as transformações e inovações abertas - *open innovations* – de uma ideia distinta de juventude vista estrategicamente para manter os mais jovens em seu devido lugar [...]” (TEIXEIRA, 2020, p. 9). É fácil discernir nessa apresentação o ceticismo dos mais velhos sempre presente quando se trata de reconhecer a camada juvenil como agente social plenamente formada e capaz de discernir os valores e moral o suficiente para revelar-se madura e autônoma.

De acordo com Teixeira, a relação dos mais novos e mais velhos na Guiné-Bissau revela que os mais novos são considerados “[...] como um grupo imaturo, cujo amadurecimento é de

⁶ Dumas procurou sistematizar, delimitar, contextualizar e definir o conceito de *fidjus dibideras* situados na sociedade civil guineense e na sua diáspora. Os dois conceitos dizem respeito ao grupo social marginalizado, excluído de direitos à educação e que encontrou nos espaços informais (mercados informais, “*lumo*” ou feira informal) produção de meios de subsistência.

Um conjunto de políticas menos adequadas experimentadas pelo Estado desde a era do partido único oficioso que não resolveu os problemas herdados do colonialismo, principalmente a diferenciação da população em civilizados e indígenas, associados às mudanças globais dos anos 1980 que exacerbaram crises culminantes na alteração da ordem constitucional pelo levantamento militar e arruinamento do projeto binacional da Guiné e Cabo-Verde e mais tarde, o monopólio de acesso à educação superior, relegou uma parcela considerável da população guineense à busca da sobrevivência nos mercados informais. Os jovens enquadrados nessa parcela societal buscam novas possibilidades no estudo e no trabalho, sendo, portanto, emergentes com a abertura do ensino superior pelo setor privado na Guiné-Bissau, na primeira década do século XXI, nomeadamente a autorização da criação da universidade Lusófona da Guiné em 2008, criação da universidade Jean Piaget em 2010, Criação da universidade Colinas de Boé em 2013, entre outros institutos de ensino superior no setor privado (TEIXEIRA, 2020).

As instituições sob domínio do Estado, por exemplo, Escola de Formação de Professores - Tchico Té –, criada em 1985; Faculdade de Medicina, 1986; Faculdade de Direito, 1990; Universidade Amílcar Cabral, 1999 etc., foram reforçadas pela abertura proporcionada pelo setor privado de ensino e pela cooperação internacional solidária entre este país africano com demais países ocidentais, americanos, asiáticos e africanos. Nesta dimensão cooperativa, o Brasil destaca-se com a criação da UNILAB. Abriu-se uma nova realidade “[...] um momento novo, um contexto novo, com sentido novo e novos atores, cujo significado remete para a negação do fatalismo, do assistencialismo, do camaradismo, do comodismo e do vitimismo”. Não obstante, “A crítica sociológica que se pode fazer a esse aspecto da sociedade guineense, controlada por essa lógica, é que nega o diálogo entre gerações, de forma aberta e relacional” (TEIXEIRA, 2020, p. 9).

difícil precisão temporal” (idem). Uma relação modulada dessa forma, segundo o autor, acarreta perdas significativas para o país, porque este deixa de beneficiar da contribuição intelectual da boa parcela da juventude que foge do país em busca dos países mais abertos e adequados para o pluralismo das ideias e aproveitamento das potencialidades juvenis. Pois, a “dificuldade de comunicação e aceitação geracional induz a ‘fuga de cérebros’ – *brain drain* – para sociedades mais abertas e plurais, onde existe maior circulação de ideias e interpelação na esfera pública” (TEIXEIRA, 2020, p. 9).

Muitos estudos da sociedade civil na Guiné-Bissau tentam assumir a tarefa de determinar a sua origem neste território africano e os chamados períodos da sua formação, desenvolvimento e consolidação. O professor Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (s/d)⁷, por exemplo, empenhou-se bastante em apresentar a origem da sociedade civil. O seu ponto de partida referenciou-se no contratualismo, isto é, a partir da indexação do contrato social que visa regular o espírito natural do homem, ou a monitoração do egoísmo humano, (fala-se exatamente, do estado da natureza do homem do Hobbs) nasce a sociedade civil. Antes desse período, não se pode falar da existência da sociedade civil. A sociedade civil nesta perspectiva, a sua natureza está atrelada às leis, normas e regras estabelecidas pelo consenso entre os indivíduos socialmente interativos.

Quando analisa a Guiné-Bissau, Dumas Teixeira procurou demonstrar a origem da relação da sociedade civil com o Estado Guineense. A sua forma analítica não se desassociou da formalidade como condição valorativa da existência numa configuração social. Assim, desconsiderou todas as relações existentes antes de 1911, entre a burocracia colonial e diversas formas de aglutinação de grupos sociais informais, para começar a relação entre essas duas entidades a partir da criação da Liga Guineense em 1911. Claro, o autor tem como norte, a concepção ocidental do associativismo, portanto, a aproximação de pequenos comerciantes e proprietários nesse conjunto – Liga Guineense –, no início da segunda década do século XX, marca a primeira relação entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau, na visão do Teixeira.

Em termos gerais, Dumas Teixeira esquematizou a relação dessas instituições em três períodos: o primeiro período compreende 1911 a 1915; o segundo período começa com a

⁷ TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. O Conceito de Sociedade Civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. Estudos de Sociologia. **Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia** da UFPE. v. 15. n. 2. p. 161 –180, (s/d).

criação dos movimentos independentista na década de 1950, portanto ele estende de 1950 a 1956, ano em que Amílcar Lopes Cabral e demais 5 camaradas criaram o PAIGC. Este marco histórico fecha o segundo período da relação da Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau.

Contudo, dentro deste espaço temporal, foram criados movimentos políticos que se auto definem como opositores à opressão colonial em busca da liberdade do povo guineense. Neste conjunto, tem-se: Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), liderada pelo François Kankoila Mendy; a União para a Libertação da Guiné (ULG), criada pelo Ibrahim Djaló; a União Nacional da Guiné Portuguesa (UNGP), sob liderança do Benjamim Pinto Buli e o Partido Socialista da Guiné (PSG), fundado pelo Rafael Barbosa (idem). Além destes apontados pelo Teixeira, existem outros menos expressivos como o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) etc.

Estes movimentos políticos e partidos não alcançaram seus objetivos e desapareceram (TEIXEIRA, s/d). Alguns sob a perseguição do PAIGC e outros pela carência estrutural e de recursos humanos qualificados para a sua organização, esfumam-se no cenário político antes da independência, enquanto que outros foram extintos nas décadas posteriores à independência. Importa salientar que o segundo período tem uma marca do latifúndio considerável, na medida em que o campo era a base das estruturas dos movimentos da libertação, suporte da economia colonial e pós-colonial.

O terceiro período apontado por Teixeira, como o período da relação da Sociedade Civil com o Estado, é o da transição política na Guiné-Bissau entre as décadas de 1980 e 1990. Este período, tido como o de confluência entre dinâmica global e nacional em busca da independência econômica e do bem-estar da população, não foi atravessado da forma como se esperava. Houve muitas dificuldades de articulação política e econômica que, em vez de proporcionar a conexão consistente entre a sociedade civil e a classe política, promovendo a representação, apresenta um nível de desligamento elevado, ou seja, crise da representação.

Foram muitas crises que deixaram marcas na vida política, social e econômica do país. É um período que coincidiu com a crise africana que alguns estudiosos chamam de *tragédia africana*, como disse Giovanni Arrighi (2006) e que a Guiné-Bissau faz parte; também o mesmo período coincidiu com a suspensão de financiamento dos países socialistas, devido à recessão econômica internacional que levou o bloco soviético às ruínas. Os apoios da antiga União Soviética cessaram, portanto, a produção interna e as estruturas nacionais que não estavam preparadas para assumirem a sua autonomia, como aquelas da Guiné-Bissau, passaram pela retração e degradação.

Nesta época, a sociedade civil guineense cuja o núcleo era centralizado no partido-estado (PAIGC) que a manipulava por estar atrelada às estruturas do partido, experimentou a sua desvinculação com a queda do regime do partido único nos finais da década de 1980 e início da década 90 do século XX.

No entanto, o Aladino Fernandes (2021) teria sido influenciado pela forma analítica fracionada e, apesar de explorar de forma inovadora os conceitos da sociedade civil apresentados pelos autores como Bussotti e Mutzenberg (2016); Azambuja (1996), Barros (2014); Teixeira (2015); Rocha (2014); Viegas (2013) entre outros, apresentou outra periodização. Limitou o início da relação entre a sociedade civil e o Estado guineense no período da transição democrática, com forte realce ao multipartidarismo. Compreende-se que a sociedade civil, neste caso, foi analisada pelo Aladino Fernandes tendo como referência a interação dos partidos políticos recém-criados na abertura política da década de 1990 com a população, ou seja, a vigência do pluralismo político ou “democracia” na Guiné-Bissau.

Tal como Dumas Teixeira orientou-se pelo formalismo burocrático ao definir a primeira relação do Estado com a Sociedade Civil na Guiné-Bissau, quando se referenciou na origem da Liga Guineense em 1911, Aladino Fernandes também seguiu o mesmo formalismo e elegeu uma fase da experiência política da Guiné-Bissau – a fase da implementação democrática, 1990, para definir o início da relação entre o Estado e a Sociedade Civil neste território. Não obstante, esse recorte temporal é muito reduzido, pois, se considerarmos o Estado no sentido do poder burocrático, entidade do poder de mando e de desmando, assim como detentor da legitimidade do uso legítimo da violência, e se considerarmos a sociedade civil como diversas formas de organização da população a nível da infraestrutura, ou base da pirâmide vertical do poder absoluto estatal universalizado, perceberemos que a relação entre esses dois polos na Guiné-Bissau é longínqua.

Se Fernandes tivesse considerado outras formas da organização social de indivíduos que são abundantes naquela terra africana – agrupamento de mulheres em diferentes tendências, por exemplo, formas de solidariedade, casamento, artesãos por um lado; e agrupamento de homens e mulheres em forma do campesinato de outro lado e não só; tomando essas formas de organização social, para não alongar a lista, que duma ou doutra forma estabelecem o contato com o poder burocrático, com certeza, ele admitiria essas formas como sociedade civil. Entretanto, elas não foram consideradas na periodização do Fernandes. Ao não levar isso em conta, Fernandes concluiu a sua periodização sugerindo que “[...] Podemos concluir que com o surgimento e multiplicação dos partidos políticos na Guiné-Bissau, a partir dos anos 90, com abertura do processo democrático, isso mostra que a partir desse período, começa a relação

entre sociedade e Estado na Guiné-Bissau [...]” (FERNANDES, 2021, p. 15). Essa conclusão reduz demasiadamente o processo de relação da sociedade civil e o Estado a um único evento: abertura política. No tempo anterior a esse evento político não havia a relação do Estado com a sociedade civil? Claro que é difícil assumir a tamanha ousadia ilimitada e considerar aquele período como um vazio, sem interações significativas entre grupos sociais e o Estado.

Desde sempre a relação entre o Estado e a sociedade civil está presente naquele país, seja por poder tradicional ou seja por associações formais e informais. Na Guiné-Bissau, desde a consolidação do poder administrativo colonial no século XVIII, a relação entre esse poder e a sociedade civil foi estabelecida. As interações do poder colonial com as autoridades nativas é uma relação do Estado com a sociedade civil. Os arquivos coloniais disponíveis na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), comprovam essa relação.

Além disso, o romancista guineense, Abdulai Sila, representou essa interação de forma clara no romance considerado pela Moema Parente Augel (2007) e demais estudiosos da literatura guineense, como o primeiro romance genuinamente guineense, trata-se do romance *A última tragédia* (1987[2006]). Pois, a relação não se restringiu ao período colonial, ela transitou-se para o período pós-independência com as autoridades nativas e seguiu-se para a transição democrática com os novos atores políticos que encontraram, neste contexto transitório, a oportunidade de chegarem ao poder político-burocrático dominado a mais de 20 anos pelo partido libertador, PAIGC.

Na narrativa do romance *A última tragédia*, as interações entre o administrador (colono português) de Quinhamel (comunidade ao redor de Bissau) e o Régulo da mesma comunidade, Bsum Nanque, é um exemplo típico da relação entre o Estado e a sociedade civil muito antes da independência e da democratização ou surgimento dos partidos políticos no multipartidarismo.

No mesmo enredo do romance, as disputas do poder entre o personagem Régulo (uma autoridade tradicional) com a administração colonial portuguesa em Quinhamel, região do Biombo, representa a relação da sociedade civil e o Estado colonial. Além disso, a reação desesperada da população Bissau contra a injustiça que o personagem Professor e a sua esposa Ndani foram vítimas no tribunal de Bissau, administrado pelos portugueses, numa verdadeira efetivação do *pacto narcísico* (no sentido definido pela Maria Aparecida da Silva Bento, 2002) é outro exemplo da relação do Estado enquanto entidade do poder e a sociedade civil enquanto aglomerado de cidadãos comuns, organizações sem fins lucrativos, mas que satisfazem o bem comum. Portanto, ignorar essa relação representa desafio enorme na representação da interação entre o poder político e a sociedade, incluindo a classe juvenil. No entanto, não se pode negar

a intensificação e ampliação das dimensões interativas abertas pela abertura política. A transição desencravou não só a sociedade do partido único, mas também abriu portas para outras experiências.

TENTATIVAS FALHADAS NA TRANSIÇÃO

Na Guiné-Bissau, desde falhanço das experiências do estímulo da economia nacional que visava deslocá-la das presas da monocultura do amendoim para uma economia diversificada e industrializada (CÁ, 2010;), produziu-se um estrato empresarial embrionário que, posteriormente, não assumiu o compromisso sério de relançar este setor com os investimentos estrangeiros injetados no setor (AUGEL, 1996).

Os programas do desenvolvimento iniciados em 1983 e que faleceram nos ombros do que aparecera como seu salvador – Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) – em 1987, tiveram todas as suas fases desmoronadas, devido ao descuido no critério da seleção dos beneficiários das verbas. O resultado levou o país ao arruinamento dos sinais de prosperidade econômica (AUGEL, 1996).

Ao invés de direcionar o capital ao latifúndio - camponeses, ele foi encurvado para amigos e conhecidos da capital Bissau, numa desarticulação total com a necessidade do setor econômico. O camponês que produzia para sustentar a economia nacional tornou-se ressecado pela ausência do investimento e da inovação no setor agrícola. Desde então, o país perdeu o domínio desse setor (e que já vinha perdendo) e permaneceu na dependência aguda dos atores externos ou parceiros externos. Além disso, os beneficiários do investimento não fizeram a boa gestão dos mesmos e foram às ruínas, mesmo com a estratégia adotada pelos financiadores em atrasar algumas parcelas para exigir o cumprimento do protocolo do financiamento ao governo (CARDOSO, 1996; AUGEL; 1996).

A produção local, que até a década 80 era dominada pela monocultura do amendoim, transitou-se para a outra monocultura estimulada pelo mercado exportador capitalista – cultura de caju – maior produto da exportação nacional atualmente (CÁ, 2010). Contudo, este pivô da economia nacional é comercializado sob domínio do capital estrangeiro. Os empresários nacionais são descapitalizados e, em função disso, as suas representações, neste processo, são ínfimas e quase despercebidas. Boa parte dos empresários perdeu o protagonismo no processo de comercialização ao ser transformado pelos atores estrangeiros, em intermediários entre produtores camponeses, pequenos comerciantes e exportadores indianos e libaneses sobretudo.

A formação e desenvolvimento do “espírito” do capitalismo no seio da sociedade guineense é muito embrionário. Mesmo na dita classe empresarial entregue o capital estrangeiro entre 1983 e 1987, no âmbito dos Programas de Desenvolvimento e de Reajuste Estrutural para modernizar a economia da Guiné-Bissau, o espírito capitalista está instável na mais pura razão individual e coletiva. A experiência mística deste processo explicado pelos jovens do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau, na sua revista *Soronda*, está formatada pelo descompromisso da classe empresarial, fragilidade normativa do governo e inconsistência do controle. Estes fracassos resumem-se em miudeza do espírito do capitalismo e a conseqüente imposição do modelo antecedente ao capitalismo, neste caso, o tradicionalismo.

Segundo Max Weber (2004) o espírito do capitalismo é movido pela racionalização dos recursos para acumular ou aproveitar o melhor possível, porém esse espírito que caracteriza o capitalismo moderno enfrenta resistências da forma econômica tradicional. O tradicionalismo contrapõe-se ao capitalismo moderno na medida em que ele não se disponibiliza a acumular mais ou não se orienta em busca do capital crescente racionalizado. Por exemplo, nalgumas sociedades ocidentais do século XIX, as estratégias de estimular a produção para gerar o capital, que parte de incentivo ao aumento salarial, fracassaram-se pela influência do tradicionalismo que os homens estavam apegos.

Os exemplos de que os trabalhadores podem ser estimulados pelo aumento do salário de maneira a acelerarem a produção para aumentarem o rendimento, colocou em causa, nas sociedades analisadas por Weber, a característica do capitalismo moderno, porque teve pouco rendimento quando a produção reduzia cada vez mais, na hora que o salário foi aumentado. Com base nisso, Weber tira a conclusão de que, os homens pretendem viver e manter no lugar onde estão; eles não estão interessados em aproveitar as oportunidades e fazer sempre mais dinheiro. Nessa lógica, nota-se a ausência do espírito do capitalismo. Seria isto que aconteceu com os empresários guineenses de forma restrita e com o governo de forma geral?

No caso da Guiné-Bissau, constatou-se que na hora que foram injetados o capital estrangeiro para arrancar a economia nacional na década de 1980, é nessa hora que ela se desmorona. Também se percebe que os financiadores foram movidos pela lei financeira geral baseada no incentivo à produção econômica diversificada através de financiamento aos programas de desenvolvimento, porém apesar de todo investimento feito, o setor estagnou-se na economia de subsistência. Ou seja, a “[...] aplicação desta estratégia conduziu, naturalmente, a resultados negativos: diminuição progressiva da produção de alimentos, êxodo rural, dependência externa incontrolada, ameaça permanente de colapso do mercado nacional, a dívida externa [...]”. Além disso, constata-se que “[...] a inflação e a perda de confiança no valor

de peso [moeda nacional na altura] tornaram imperativo que o governo enveredou-se pela estabilização monetária e financeira” (CARDOSO, 1996, p. 17). Significa que os objetivos não foram alcançados. Os empresários não melhoraram.

Nesta situação, o produto basilar da economia guineense – caju – está sob determinação exógena. Pois, o país não tem um tecido industrial instituído para transformar esta *commodity* e aproveitar inúmeras potencialidades e vantagens a ele inerentes. Frente desta realidade, os jovens que não se integraram na classe média muito menos alta, a condição de maioria deles deteriorou-se. As perspectivas de investimento são menores. Sendo a maioria de jovens desabilitada pela sua condição econômica, a maioria esmagadora não reúne condições para solicitar crédito nas instituições financeiras estrangeiras que operam no país, porque eles não apresentam garantias exigidas por bancos para serem concedidos o crédito.

Também os empresários têm muitas dificuldades em preencher as prescrições bancárias para a concessão do crédito, visto que carecem de garantias, enquanto mais jovens desempregados, a maioria sem formação superior e, portanto, desprovidos de condições para desenvolver a cultura de empreendedorismo ao nível qualificado.

Um conjunto de fatores estruturais aldrabam a autonomia econômica dos jovens e os impelem a permanecerem na dependência dos seus pais, mesmo sendo adultos. Porém, as reivindicações são vivas. As manifestações juvenis contra o governo ou as reivindicações dos seus direitos sociais e sobretudo duma educação à altura das exigências das dinâmicas contemporâneas são incalculáveis as suas frequências. Não obstante, em muitos casos, são respondidos pelo dispositivo policial desajustado ao número de manifestantes e são dispersos pelas forças de defesa e segurança a gás lacrimogêneo, torturas físicas, prisões arbitrárias e ameaças à morte. Sendo em alguns casos mais decisivos, as suas lideranças sofrem as tentações de desmantelamento pelo executivo com as promessas de bolsas de estudo no estrangeiro, como constatou no terreno, o estudante guineense Bruno Gomes, na sua dissertação de mestrado aprovada na Universidade Federal de Alfenas, no dia 03 de março de 2021. Porém os mesmos jovens participam da campanha eleitoral servindo-se de mensageiros de candidatos e apelam aos cidadãos a votarem nos candidatos por eles apoiados, mas que depois pouco ou nada fazem para a camada juvenil superar os problemas básicos da educação, saúde e trabalho.

ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DA CLASSE JUVENIL QUE NÃO CESSAM

A experiência do colonizador foi repassada ou reapropriada e reintegrada na experiência do colonizado nativo que travou a luta em nome do povo. Para derrubar o sistema colonial na luta pela posse das mentes juvenis (sabendo que é a força indubitável da nação), o partido que conduziu a luta armada – PAIGC – buscou controlar os jovens (BARROS e LIMA, 2012). O sistema colonial encontrava, nesse modelo, as bases para enraizar o projeto colonial de *Grande Portugal no Ultramar*. Através das instituições sociais, principalmente, a igreja e a escola, os jovens eram aculturados e ensinados a reverem-se nas identidades portuguesas e na sua cultura.

Os jovens eram influenciados a negar as suas culturas devido às políticas de assimilação que garantiam o acesso à educação e demais bens e serviços sociais e políticos. Os assimilados eram os autorizados a frequentarem a escola (AUGEL, 1996). Ao passo que o indígena (não assimilado) que se atrevesse a atravessar barreiras simbólicas e reais para se apresentar num estabelecimento escolar como pretendente da inscrição ou matrícula era dali retirado com violência que pudesse custar-lhe o bilhete para o além.

O projeto do controle das mentes novas para o seu alinhamento ideológico ao destino do regime foi também adotado pelo movimento de libertação à medida que ganhava espaço no território nacional e estrangeiro. Sem condições para criar e consolidar instituições sociais, educacionais e políticas sólidas que levassem a cabo a missão de “lavagem cerebral”, isto é, desentupir as mentes juvenis e não juvenis do macrossistema cultural e ideológico colonial ali enraizado a séculos, o aprovisionamento foi acionado para não ficar sem fazer nada. Se o sistema colonial usava a igreja para introjetar o seu projeto civilizacional nas mentes dos nativos, o seu opositor PAIGC não tinha como criar outra religião que faria o que o seu adversário fazia, mas sabia criar estratégias totalizantes da sociedade e da juventude. Começou com *as escolas de mato*, depois, por ser estratégico na criação de novos modelos adaptados, articulou a denominada *Escola Piloto*. Não basta isso, acionou JAAC (Juventude Africana Amílcar Cabral), não parou, por aí, seguiu-se para a política de *sangue novo*, não se estacionou neste ponto estratégico, passou-se para a criação do Conselho Nacional da Juventude, isso sem falar das outras esferas sociais alcançadas.

Todas essas dinâmicas tiveram o modelo referenciado na organização socialista-comunista. (BARROS e LIMA, 2012) Um modelo que a Guiné-Bissau enquanto Estado governado pelo partido único entre 1973 a 1990 adotou ainda que seja de forma adaptada. A pauta do partido durante e após a luta era decorada pelo slogan da *Formação do Homem Novo*. As mentes eram desenraizadas pela dominação colonial, como dizia Amílcar Lopes Cabral e o movimento pan-africano. Fazer os jovens reverem-se nos seus quadros socioculturais e referências africanos implicava formá-los novamente com a ideologia anticolonial assente na

valorização cultural e na compreensão das identidades nacionais sem perder de vista a cooperação com os demais povos.

Com a abertura democrática e ascensão do multipartidarismo, as estruturas totalizantes de jovens do partido-mãe entraram na crise de legitimidade e de sustentabilidade (BARROS, 2010; JAO, 1996). As dimensões nacionais dessas estruturas passaram a ser questionadas pelas outras formações políticas e a juventude no sentido geral foi um pouco além dos circuitos controlados pelo partido-estado.

As crises cresceram e foram agravadas com a derrota do socialismo e do comunismo a favor do capitalismo. As bases morais do policiamento ideológico juvenil foram atingidas e as instituições estratégicas do monitoramento juvenil do partido único desmoronaram-se (idem). Algumas foram extintas enquanto outras transitaram da dimensão partidária para a dimensão nacional apartidária ou fora do policiamento do partido. A escola piloto foi extinta, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) tornou-se independente do partido, a educação militante foi revogada do sistema educativo e a educação social foi instituída. Abriu-se uma nova página na sociedade civil guineense.

No entanto, de forma alguma, praz-nos aqui acreditar e muito menos dizer que o fato da deterioração das bases morais do controle da juventude através das estratégias adotadas para enfrentar o colonizador na luta de libertação, elimina totalmente a influência dos partidos na era democrática à camada juvenil guineense. Acreditar na ausência da influência partidária na Guiné-Bissau é desconsiderar a realidade concreta. Pois é nesta dimensão que Barros e Lima (2012) desmistificam o controle do Conselho Nacional da Juventude pelo governo. Esta organização juvenil não é a única nesta situação, porque o governo busca ter o controle da camada juvenil para constituir a sua base eleitoral e prevenir ou minimizar as reações da juventude contra o executivo.

Para muitos, o desemprego é um fenômeno que atinge os jovens guineenses e os torna vulneráveis aos intentos de corrupção e subordinação pelos políticos. Segundo um inquérito do jornal DW, “Os jovens, porque não têm espaço onde expor aquilo que têm como ferramenta, acabam por criar uma convulsão social e tornam-se facilmente influenciados, muitas vezes pelos nossos políticos, a fim de se tornarem também corruptos no meio social”. (DW, 2017, p. 2).

Os estudiosos das sociedades africanas em geral e da Guiné-Bissau em particular já foram bastante lidos com a afirmação do desinteresse da classe política ou representante com as demandas da juventude. As políticas públicas que visam fortalecer a camada jovem foram as mais desconhecidas na experiência política dos governos africanos, sem falar da educação a

eles negada por motivos simples: limitá-los da cultura política que pudesse estremecer os regimes e alterar o poder. Depois da independência, “[...] os jovens, enquanto categoria e grupo social, foram (e têm sido) alvo de marginalização e, na nossa perspectiva, por parte dos seus Estados” (BARROS e LIMA, 2012, p. 92).

Essa compreensão é partilhada por estudiosos de reconhecida contribuição nos estudos africanos e pós-coloniais “[...] alguns autores (MBEMBE, 1985; HONWANA e DE BOECK, 2005; ABBINK, 2005; ROQUE e CARDOSO, 2006; BORDONARO, 2007)”. Para estes pesquisadores e outros não mencionados aqui, de forma inequívoca, o abandono da juventude na pobreza, sem possibilidades e sem a educação de qualidade “[...] é a tendência dos Estados africanos, quer a nível interno, devido à inexistência de políticas públicas específicas, quer a nível das políticas de intervenção externa, associadas nomeadamente à ajuda ao desenvolvimento ou à reconstrução pós-conflito, que os exclui da sua agenda principal” (BARROS e LIMA, 2012, p. 92).

A transição democrática na Guiné-Bissau não resolveu os problemas que os jovens enfrentavam nas décadas anteriores à transição muito menos estacionou os novos que surgiram após 1990. Os problemas do desemprego, de analfabetismo, de saúde etc., são os que mais afetaram e ainda afetam essa camada. Os dados são expressivos. “A avaliação da pobreza feita em 2002 revela que os pobres na Guiné-Bissau são na sua maioria jovens (80% entre 15 e 35 anos)” (MEPIR, 2011, p. 38 Apud BARROS e LIMA, 2012). Em 2009, 89,4% dos jovens da faixa etária de 15 e 24 anos estão desocupados, ou seja, não têm trabalho. Nessa mesma faixa etária, 95,4% das mulheres estão desocupadas, sendo apenas 4,6% delas com ocupação. O subemprego e desemprego dos jovens guineenses, no mesmo ano, estava a volta de 30% (MEPIR, 2011, p. 6).

A primeira década do século XXI foi encerrada na Guiné-Bissau com a taxa de analfabetismo de jovens de 15 e 24 anos de idade estimada em 65%, ao passo que 56% da população nacional são afetadas pelo mesmo fenómeno. Os dados são do censo de 2009 (MEPIR, 2011). Estes dados revelam a dificuldade de acesso aos direitos desse grupo, mas também revelam o estado da nação.

A economia subdesenvolvida da Guiné-Bissau não só oferece possibilidades limitadas a jovens, mas perdeu força no pagamento da mão-de-obra. Com um setor empresarial capitalizado, dotado de condições para absorver a mão-de-obra e inovar o setor de produção, as demais áreas prosperam-se ao estágio avançado de acumulação e formação da capacidade de consumo nacional (RAMOS, 1996). Neste processo, os jovens não perdem a luz de atores

interventivos e sujeitos da ação. Mas isso não é o caso da Guiné-Bissau, porque ali a classe empresarial é descapitalizada.

Com efeito, a sociedade guineense demonstra uma ausência da correspondência entre condições sociais juvenis e as estruturas sociais em que se inserem. Custa para acreditar que a educação é uma das primeiras condições que se apresentam inquestionáveis à ascensão social de jovens, não obstante, ela é uma das mais atingidas pelas crises políticas rotineiras. “A crise política agrava ainda mais a situação económica da Guiné-Bissau. E a juventude é parte da população mais prejudicada. Cerca de 30% dos jovens – quase 600 mil pessoas – estão desempregados” (DW, 2017, p. 1). Os dados são “[...] da Organização Internacional do Trabalho, referentes a 2012, citados pelo Governo guineense na proposta de lei da Política Nacional da Juventude (DW, 2017, p.1).

No Pacto da Estabilidade, assinado entre atores políticos e civis da Guiné-Bissau, consta no seu Preâmbulo que “as recorrentes instabilidades na Guiné-Bissau têm dificultado o seu processo de desenvolvimento socioeconómico em benefício do bem-estar da população” (BISSAU, 2019, p. 5). Portanto, a instabilidade política e económica é reconhecida pelos atores guineenses da superestrutura e infraestrutura, ou a classe burocrática governante e a sociedade civil governados. No entanto, os guineenses acreditam num futuro melhor. É muito comum ouvir tanto da classe política como da sociedade civil guineense os discursos que manifestam a esperança e confiança num amanhã melhor, numa mudança que não demora para chegar. Não obstante, muita pouca coisa que sinaliza mudanças num futuro próximo transparece nas ações concretas dos atores políticos, económicos e sociais daquele país africano, ex-colônia de Portugal.

Apesar de ter sido registrado algumas melhorias nos últimos anos, a realidade revela muitas dificuldades sociais e económicas para superar como forma de alcançar a prosperidade desejada pelos guineenses. A juventude continua a deparar com problemas de emprego, educação, saúde, habitação entre outros (GOMES, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens guineenses revelaram o seu interesse em contribuir para o país. O caso da criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e a revista Soronda na década de 1980 pelos jovens académicos na altura revela o espírito patriótico de estudar os problemas do país e contribuir com as soluções científicas. Essa geração de jovens tem uma produção em número e qualidade reconhecidos porém viram os seus esforços quase estagnados porque os

problemas estruturais que o país conheceu não facilitaram a continuidade do mesmo ritmo inicial do INEP e Soronda.

A sociedade civil como entidade política não estatal tem buscado formas de compreender os problemas e acionar soluções. Na sua compreensão, o país tem problemas de representação. A relação do poder político e civil é marcada pelo distanciamento ou desligamento. Porém a mesma sociedade civil reconhece as suas contradições e dificuldades de articulação interna, devido aos interesses alheios que às vezes dominam a atuação dos atores pertencentes a essa nomenclatura – Sociedade Civil.

As relações entre sociedade civil e o Estado remontam um período longínquo ainda que se reconheça a abertura política como o período de maior estímulo interativo dessas duas entidades de poderes assimétricos. As organizações juvenis entendem dos seus problemas sociais, elaboram propostas de projetos interventivos, mas a falta de meios limita a sua ação, apesar da dependência aos apoios dos organismos internacionais, elas buscam apresentar propostas de solução, porém os seus relatórios são prestados pouca atenção pelo governo.

A sociedade guineense deve repensar a situação da camada juvenil, pois o grande peso da dificuldade econômica e financeira que descarrega sobre ela, como se vê nos dados aqui apresentados, constituem barreiras para florestação das ideias inovadoras em prol do país. O fenômeno de controle da juventude pelos governos para fins políticos deve ser assumido pela própria classe, pois só assim que pode exercer o seu papel social como força inovadora.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **A crise africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo**. In: SADER, Emir (org.). *Contragolpes: Seleção de Artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 31-59.

AUGEL, Johannes. Guiné-Bissau: vanguarda anti-imperialista, falência do Estado e esperança num novo começo. In.: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. **A transição democrática da Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996, 264p. (coleção Kacu Martel, vol.10).

AUGEL, Parente Moema. **O desafio do escombros**: nação, identidade, e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau: Rio de Janeiro. Garamond, 2007.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 35ª ed. São Paulo: Globo, 1996.

BARROS, Miguel de e LIMA, Redy Wilson. “RAP KRIOL(U)1 o pan-africanismo de Cabral na música de intervenção juvenil na Guiné-Bissau e em Cabo-verde”. **REALIS (Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais)**, vol. 2, nº2, p. 88 – 116, Jul-Dez, 2012.

- BARROS, Miguel de. Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social: o caso da Guiné-Bissau. **Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa**, nº 7.º, p. 1 – 17, 2010.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude do Brasil. In: **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).
- BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África**. Considerações introdutórias Cadernos de Estudos Africanos, núm. 31, janeiro junho, 2016, pp. 6-14 Centro de Estudos Internacionais Lisboa, Portugal.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **Estado**: políticas públicas e gestão educacional. – Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In.: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. **A transição democrática da Guiné-Bissau e outros ensaios. Bissau**: INEP, 1996, 264p. (coleção Kacu Martel, vol.10).
- FERNANDES, Aladino. A relação entre sociedade civil e o estado na Guiné-Bissau. **Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF** – ISSN 1677-1001 V. 20, N. 1, p. 104 - 120, Jan/Abr 2021. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/12082> Acessado em 16 de jul. 2021.
- GOMES, Bruno. **Movimentos estudantis em Guiné-Bissau em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as)**. 2021. 128 f. (Dissertação de mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG), Alfenas - MG, 2021.
- GOMES, Justino. **O lugar da juventude no processo da democratização e institucionalização do Estado na Guiné-Bissau (1990-2020)**. 2023. 260 f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza – CE, 2023.
- IANNI, Octavio. **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA. **Soronda**: Revista de Estudos Guineenses, n.1 Jan. 1986. INEP: Bissau, 1986. Disponível em: <file:///C:/Users/gomes/Downloads/95966-Texto%20do%20artigo-165450-1-10-20150312.pdf> Acesso em 10 de julho de 2023.
- JAO, Mamadú. Os poderes ‘tradicionais’ no período de transição. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe. **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma Transição em Curso**. Bissau: Nova Gráfica, 1996. p. 121-133.

Jornal DW. Guiné-Bissau: **sem emprego e políticas públicas para jovens**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-sem-emprego-e-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-os-jovens/a-39407980>. Acesso em 23 de jul. 2021.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS. **Relatório econômico e financeiro do primeiro semestre de 2017**. Bissau, 2017.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia do Plano e Integração Regional – **Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP II**. Bissau, 2011.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Pacto de Estabilidade política e social: Nha Compromis i Guiné-Bissau**. Bissau, 2019. Disponível em: <https://nanomon.org/sites/default/files/2021-07/Pacto%20de%20estabilidade.pdf> Acesso 24 de jul. 2021.

ROCHA, Catarina Tavares. **Papel da Sociedade Civil – Caso Liga Guineense Dos Direitos Humanos – Na Democratização Na Guiné-Bissau**: Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território. Universidade de Aveiro 2014.

SEMEDO Rui Jorge. **Relatório sobre liderança política e civil na Guiné-Bissau - Possibilidade de estabelecimento de Academia de Treinamento para Liderança Política e Civil**. Bissau, 2018.

SILA, Abdulai. **A última tragédia**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SIMMEL, Georg. **O nível social e o nível individual** (Exemplo de sociologia geral).

Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife: Editora do Autor, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Fidjus dibideras rumo à Kambansa: reflexões sobre luta, literatura e cultura** (2020). A ler, jun. 2020.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. O Conceito de Sociedade Civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. Estudos de Sociologia. **Rev. do Progr. De Pós-Graduação em Sociologia** da UFPE. v. 15. n. 2. p. 161 –180, (s/d).

URBINATI, Nadia. **Representação Como Advocacy: Um Estudo Sobre Deliberação Democrática**. Política & Sociedade, v. 9, n. 16, p. 51-88, 2010.

VIEGAS, Augusta Tavares. **Justiça de Transição na Guiné-Bissau – O Papel Das Operações da Manutenção da Paz**. São Paulo 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YOUNG, Iris Marion. **Representação Política, Identidade e Minorias**. Lua Nova, n. 67, p. 139-190, 2006.